



CONCURSO PÚBLICO
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE
DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO
ALEGRE - PROCEMPA

Analista Administrativo
Advogado

- Confira devidamente o material (CARTÃO DE RESPOSTAS e CADERNO DE QUESTÕES); se houver falha, solicite a substituição ao fiscal.
- Este caderno de questões está assim constituído: **10 questões de Língua Portuguesa e 40 questões de Conhecimentos Específicos.**
- Após conferir seus dados no cartão de respostas (NOME, Nº da INSCRIÇÃO e CARGO), assine no local indicado.

• O CARTÃO DE RESPOSTAS é o único documento de correção, devendo ser preenchido com bastante atenção, à caneta esferográfica, azul ou preta, ponta grossa, marcando uma única alternativa em cada questão. Verifique no cartão de respostas as instruções para preenchimento. Não rasure, não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS. É vedada a substituição do CARTÃO DE RESPOSTAS decorrente de erro cometido por candidato.

• ATENÇÃO, MUITO IMPORTANTE! No campo indicado no seu cartão de respostas, FAÇA A MARCAÇÃO DO NÚMERO CORRESPONDENTE AO SEU TIPO DE CADERNO DE PROVA, CONFORME CONSTA NO CANTO SUPERIOR DIREITO DESTA CAPA.

- Durante a realização da prova, não é permitida a comunicação entre candidatos nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- O tempo de duração da prova objetiva será de **até 4 horas**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas. O candidato somente poderá levar consigo seu caderno de provas **após 1 hora** contada do efetivo início das provas. Ao candidato que sair antes de uma hora contada do efetivo início das provas, será permitido copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial.
- Em todas as questões de legislação desta prova (se houver), serão consideradas as emendas e/ou alterações da legislação com entrada em vigor até a data do início das inscrições. Na prova de Português será exigida a norma ortográfica atualmente em vigor. Para responder às questões de Informática (se houver), a menos que seja informado o contrário, considerar que os programas mencionados se encontram na versão Português-BR e em sua configuração padrão de instalação, possuem licença de uso, o mouse está configurado para destros, um clique ou duplo clique correspondem ao botão esquerdo do mouse, e teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez.
- Ao final dos trabalhos, **DEVOLVA** ao Fiscal da sala o CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente preenchido e assinado.
- Ao final da prova objetiva, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, após concluído.

Direitos autorais reservados à Objetiva Concursos Ltda. Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia.

Boa Prova!

Seriedade e ética: nós acreditamos nesses valores.

Nome do(a) Candidato(a)

Nº de inscrição



Esta parte destacável serve para copiar as suas respostas, somente poderá ser destacada no ato da entrega do material na mesa do fiscal.

CADERNO DE PROVA TIPO 01

01	☐	02	☐	03	☐	04	☐	05	☐	06	☐	07	☐	08	☐	09	☐	10	☐
11	☐	12	☐	13	☐	14	☐	15	☐	16	☐	17	☐	18	☐	19	☐	20	☐
21	☐	22	☐	23	☐	24	☐	25	☐	26	☐	27	☐	28	☐	29	☐	30	☐
31	☐	32	☐	33	☐	34	☐	35	☐	36	☐	37	☐	38	☐	39	☐	40	☐
41	☐	42	☐	43	☐	44	☐	45	☐	46	☐	47	☐	48	☐	49	☐	50	☐



Seriedade e ética: nós acreditamos nesses valores.

LÍNGUA PORTUGUESA

Autorretrato inédito de Van Gogh é descoberto atrás de outra pintura do artista

Um autorretrato escondido de Vincent Van Gogh foi descoberto atrás de uma de suas pinturas, coberto por camadas de cola e papelão por mais de um século.

A imagem foi encontrada quando conservadores de arte tiraram um raio-X da pintura “Retrato de Mulher (Cabeça de Camponesa)” de Van Gogh, de 1885, antes de uma exposição futura.

Eles descobriram a imagem escondida na parte de trás de sua tela coberta por uma folha de papelão, de acordo com um comunicado de imprensa das Galerias Nacionais da Escócia (NGS, na sigla em inglês).

Especialistas dizem que a obra de arte revelada era desconhecida até agora. “Momentos como esse são incrivelmente raros”, disse Frances Fowle, curadora sênior de arte francesa do NGS, no comunicado à imprensa. “Descobrimos uma obra desconhecida de Vincent Van Gogh, um dos artistas mais importantes e populares do mundo.”

O mestre holandês costumava reutilizar telas para economizar dinheiro, transformando-as para trabalhar no verso, disse o NGS.

Acredita-se que o autorretrato subjacente tenha sido feito durante um momento chave na carreira de Van Gogh, quando ele foi exposto ao trabalho dos impressionistas franceses depois de se mudar para Paris.

A imagem de raio-X “totalmente convincente” mostra “um assistente barbudo com um chapéu de abas com um lenço frouxamente amarrado na garganta. Ele fixa o espectador com um olhar intenso, o lado direito do rosto na sombra e a orelha esquerda claramente visível”, de acordo com o comunicado.

Embora a condição do autorretrato real seja desconhecida, se puder ser descoberta, espera-se que ajude a lançar uma nova luz sobre o renomado artista.

O processo de remoção da cola e do papelão exigirá um delicado trabalho de conservação. A pesquisa está em andamento sobre como isso pode ser feito sem prejudicar a tela “Retrato de Mulher (Cabeça de Camponesa)”.

A pintura, que mostra uma mulher local da cidade de Nuenen, no sul da Holanda, onde o artista viveu de dezembro de 1883 a novembro de 1885, chegou ao NGS em 1960 como presente de um advogado de Edimburgo.

Foi provavelmente por volta de 1905, quando a tela foi emprestada para uma exposição no Museu Stedelijk, em Amsterdã, que foi tomada a decisão de colar a tela em papelão antes de emoldurar, segundo o comunicado de imprensa.

O NGS acrescentou que, na época, “Retrato de Mulher (Cabeça de Camponesa)” provavelmente era um quadro considerado mais “acabado” do que o autorretrato de Van Gogh.

A pintura mudou de mãos várias vezes até ir para a Escócia em 1951.

A imagem de raio-X pode ser vista publicamente pela primeira vez através de uma caixa de luz especialmente criada quando ocupa o centro do palco na exposição “A Taste for Impressionism” entre 30 de julho e 13 de novembro na *Royal Scottish Academy*, em Edimburgo.

(Fonte: CNN Brasil - adaptado.)

1) Em conformidade com o texto, marcar C para as sentenças Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A tela foi emprestada para uma exposição no Museu Stedelijk, em Amsterdã, em 1885. Na ocasião, foi tomada a decisão de colar a tela em papelão antes de emoldurar, conforme o comunicado de imprensa.
- () Segundo o comunicado, a imagem de raio-X “totalmente convincente” mostra “um assistente barbudo com um chapéu de abas com um lenço frouxamente amarrado na garganta. Ele fixa o espectador com um olhar intenso, o lado direito do rosto na sombra e a orelha esquerda claramente visível”.
- () De acordo com um comunicado de imprensa das Galerias Nacionais da Escócia, conservadores de arte descobriram a imagem evidente na parte de trás da tela coberta por uma folha de papelão.

- a) C - C - C.
- b) E - C - E.
- c) C - E - E.
- d) E - E - C.
- e) E - C - C.

2) No trecho “Descobrimos uma obra desconhecida de Vincent Van Gogh, um dos artistas mais importantes e populares do mundo.” o verbo destacado é classificado, quanto à transitividade, como:

- a) Bitransitivo.
- b) Transitivo de ligação.
- c) Transitivo nominal.
- d) Transitivo direto.
- e) Transitivo indireto.

3) Em relação aos tempos e modos verbais, analisar os itens abaixo:

- I. No trecho “O processo de remoção da cola e do papelão exigirá um delicado trabalho de conservação.”, o verbo sublinhado está no futuro do presente do modo indicativo.
- II. Em “A pintura mudou de mãos várias vezes até ir para a Escócia em 1951.”, o verbo sublinhado está no pretérito imperfeito do modo indicativo.
- III. No trecho “Especialistas dizem que a obra de arte revelada era desconhecida até agora.”, o verbo sublinhado está no pretérito perfeito do subjuntivo.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente o item III.
- d) Somente os itens I e II.
- e) Todos os itens.

4) No trecho “Autorretrato inédito de Van Gogh é descoberto atrás de outra pintura do artista.”, temos:

- a) Um período misto.
- b) Um período composto.
- c) Uma oração.
- d) Duas orações.
- e) Três orações.

5) O trecho “A pintura, que mostra uma mulher local da cidade de Nuenen, no sul da Holanda, onde o artista viveu de dezembro de 1883 a novembro de 1885, chegou ao NGS em 1960 como presente de um advogado de Edimburgo.” é reescrito, mantendo o sentido original, em:

- a) Chegou ao NGS, de dezembro de 1883 a novembro de 1885, a pintura, que mostra uma mulher local da cidade de Nuenen, no sul da Holanda, onde o artista viveu em 1960 como presente de um advogado de Edimburgo.
- b) Como presente de um advogado de Edimburgo, o artista viveu a pintura, que chegou ao NGS, em 1960. De dezembro de 1883 a novembro de 1885, a pintura mostra uma mulher local da cidade de Nuenen, no sul da Holanda.
- c) Uma mulher local da cidade de Nuenen, no sul da Holanda, onde o artista viveu de dezembro de 1883 a novembro de 1885, mostrou a pintura que chegou ao NGS em 1960, como presente de um advogado de Edimburgo.
- d) Chegou ao NGS, em 1960, como presente de um advogado de Edimburgo, a pintura, que mostra uma mulher local da cidade de Nuenen, no sul da Holanda, onde o artista viveu de dezembro de 1883 a novembro de 1885.
- e) Em 1960, no sul da Holanda, onde o artista viveu de dezembro de 1883 a novembro de 1885, uma mulher local da cidade de Nuenen chegou ao NGS mostrando a pintura, como presente de um advogado de Edimburgo.

6) Em relação à regência verbal, analisar os itens abaixo:

- I. A primavera enfolhou no pessegueiro.
- II. A brisa ondeia com as velas.
- III. Eles colimavam objetivos nobres.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente o item III.
- d) Somente os itens II e III.
- e) Todos os itens.

7) Em relação ao que completa corretamente a frase “Já _____ anos, _____ neste local casarões e praças. Hoje, só _____ prédios.”, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) fazem | havia | existem
- b) faz | havia | existem
- c) fazem | havia | existe
- d) faz | havia | existe
- e) fazem | haviam | existe

8) No trecho “Eles descobriram que o crânio pertencia a um indivíduo do sexo feminino, [...]”, a palavra sublinhada é classificada, gramaticalmente, como:

- a) Advérbio.
- b) Adjetivo.
- c) Pronome.
- d) Substantivo.
- e) Preposição.

9) Assinalar a alternativa que apresenta a figura de linguagem chamada pleonasmo:

- a) Não se ouviu mais o tic-tac do relógio.
- b) Aqueles jardins tinham vida e morte.
- c) Não o vejo há séculos.
- d) Anote meu celular.
- e) O país desejava ter um monopólio exclusivo.

10) Em relação ao uso de G ou J, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Majestade | jenipapo | gengiva.
- b) Magestade | herege | fingir.
- c) Genjiva | hereje | longe.
- d) Trage | longe | gengiva.
- e) Tragetória | trage | herege.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) Em conformidade com a Constituição Federal, sobre os direitos e garantias fundamentais, analisar os itens abaixo:

- I. Ninguém será considerado culpado até o julgamento em segunda instância de sentença penal condenatória.
- II. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- III. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Nenhum dos itens.
- e) Todos os itens.

12) Em relação à intervenção nos Municípios, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) É vedada a intervenção da União nos Municípios localizados em Estados e em Territórios.
- b) É necessária a apreciação pelo Poder Legislativo em todas as hipóteses de intervenção nos municípios.
- c) O decreto de intervenção estadual deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no prazo de 10 dias.
- d) Na hipótese de não estar funcionando a Assembleia Legislativa, haverá convocação extraordinária, no prazo de 5 dias.
- e) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

13) Sobre o controle de constitucionalidade, analisar os itens abaixo:

- I. É constitucional o exercício pelos Tribunais de Justiça do controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição da República, quando se tratar de normas de reprodução obrigatória pelos Estados-membros.
- II. Cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
- III. Cabe Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental contra ato político do Poder Executivo municipal.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Somente os itens II e III.
- e) Todos os itens.

14) De acordo com a Constituição Federal, sobre direitos sociais, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, permitidas, em algumas hipóteses, a interferência do Poder Público e a intervenção na organização sindical.
- () Nas empresas com mais de vinte empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- () Há igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - E.
- e) E - E - C.

15) De acordo com a Constituição Federal, sobre princípios, analisar os itens abaixo:

- I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos de todos os continentes, visando à formação de uma comunidade latino-americana perante as demais nações.
- II. A igualdade entre os Estados é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- III. A autodeterminação dos povos é um princípio que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e II.
- d) Somente o item III.
- e) Todos os itens.

16) Em relação à responsabilidade civil do Estado, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público não estão sujeitas ao regime de responsabilidade civil do Estado.
- b) O agente público causador do dano pode ser agente político, administrativo ou particular em colaboração com a Administração.
- c) Cabe ação regressiva contra o agente público responsável pelo dano apenas nas hipóteses de dolo.
- d) A culpa concorrente da vítima exclui a responsabilidade do Estado.
- e) Apenas os atos lesivos ilícitos sujeitam o Estado à obrigação de reparar o dano.

17) Sobre a comunicabilidade de instâncias na responsabilidade do servidor público, analisar os itens abaixo:

- I. A condenação na esfera criminal não repercute, necessariamente, na esfera administrativa.
- II. A absolvição na esfera criminal por estar provado que o réu não concorreu para a infração penal repercute na esfera administrativa.
- III. A absolvição na esfera criminal por fato não constituir crime repercute na esfera administrativa.
- IV. As hipóteses de absolvição na esfera criminal por falta de prova não repercutem na esfera administrativa.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I, III e IV.
- d) Somente os itens II e III.
- e) Somente os itens II e IV.

18) De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Essa lei se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de atividades de investigação e repressão de infrações penais.
- b) Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular poderão ser utilizados em seu prejuízo.
- c) A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais, dentre outros.
- d) Dado pessoal sensível é aquele relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- e) É vedado o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes.

19) Em conformidade com a Lei nº 8.429/1992, sobre o acordo de não persecução civil, analisar os itens abaixo:

- I. As negociações para a celebração do acordo de não persecução civil ocorrerão entre o Ministério Público, de um lado, e, de outro, o investigado ou demandado e o seu defensor.
- II. O acordo de não persecução civil poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito ou no curso da ação de improbidade, até a publicação da sentença condenatória.
- III. Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 dias.
- IV. A homologação judicial é dispensável se celebrado o acordo de não persecução civil antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I, III e IV.
- d) Somente os itens II, III e IV.
- e) Todos os itens.

20) De acordo com a Lei nº 9.784/1999, sobre processo administrativo disciplinar, analisar a sentença abaixo:

O critério de impulso, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados, é adotado pela Lei Federal nº 9.784/1999 (1ª parte). Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes (2ª parte). O processo administrativo não pode iniciar-se de ofício, somente a pedido de interessado (3ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 3ª parte.
- c) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
- d) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.
- e) Totalmente incorreta.

21) Em conformidade com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os Crimes de Abuso de Autoridade, em relação às sanções de natureza civil e administrativa, analisar os itens abaixo:

- I. As notícias de crimes previstos nesta Lei que descreverem falta funcional serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.
- II. As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões já foram decididas no juízo criminal.
- III. As penas previstas nesta Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Nenhum dos itens.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e II.
- d) Somente os itens II e III.
- e) Todos os itens.

22) Considerando-se a Lei nº 14.133/2021, corresponde a uma das características dos Contratos Administrativos:

- a) Regime de direito público: os contratos regular-se-ão exclusivamente pelo regime de direito público.
- b) Verticalidade: desequilíbrio contratual em favor da Administração em razão das cláusulas exorbitantes.
- c) Impessoalidade: os contratos são, em regra, impessoais.
- d) Instabilidade ou mutabilidade: dependem da manifestação de vontade do contratante e do contratado.
- e) Comutatividade: a Administração pode alterar unilateralmente as cláusulas contratuais, de acordo com o interesse público.

23) Sobre a Multipropriedade, instituto também conhecido como *time-sharing*, analisar os itens abaixo:

- I. Somente poderá ser instituída por ato entre vivos.
- II. É necessário que o ato de instituição da multipropriedade seja registrado no competente cartório de Registro de Imóveis.
- III. O ato de instituição deverá prever a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo.
- IV. A multipropriedade se extinguirá automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Somente os itens I, II e III.
- e) Todos os itens.

24) A posse demanda a existência de vontade; esta constitui-se um elemento essencial para a aquisição daquela. Nesse sentido, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se detentor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- b) Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- c) É justa a posse mesmo sendo violenta, clandestina ou precária.
- d) O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, exceto quando houver prova em contrário.
- e) É de boa-fé a posse se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

25) De acordo com a Lei de Registros Públicos, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, devendo informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- b) O serviço começará e terminará às mesmas horas em todos os dias úteis. O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, sem exceção.
- c) A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 72 horas.
- d) Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial ou administrativa.
- e) Serão registrados, no registro civil de pessoas naturais, os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos.

26) Em relação à resolução por onerosidade excessiva no Direito Civil, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da resolução dos contratos por onerosidade excessiva se aplica aos contratos aleatórios.
- b) Os tribunais, ao incorporarem a teoria da imprevisão no Brasil, aceitaram a inflação como causa para a revisão dos contratos.
- c) A resolução por onerosidade excessiva exige não apenas a onerosidade para uma das partes, mas a extrema vantagem para a outra.
- d) A resolução por onerosidade excessiva tem a característica de poder ser utilizada apenas pelo devedor.
- e) A resolução por onerosidade excessiva se assemelha ao caso fortuito ou força maior, visto que em ambos os casos há impossibilidade absoluta de executar o contrato.

27) De acordo com o Código Civil, sobre prescrição e decadência, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A renúncia da prescrição pode ser somente expressa.
- () Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- () A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - E - C.
- e) E - E - E.

28) De acordo com o Código Civil, sobre Direito das Obrigações, analisar a sentença abaixo:

Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu (1ª parte). Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação (2ª parte). Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda (3ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 3ª parte.
- c) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
- d) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.
- e) Totalmente incorreta.

29) De acordo com o Código de Processo Civil, sobre deveres das partes e procuradores, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A exposição dos fatos em juízo conforme a verdade é um dever da parte no processo civil.
- () A oposição de resistência injustificada ao andamento do processo caracteriza litigância de má-fé.
- () Por requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou, vedada a condenação de ofício.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - E.
- e) E - E - E.

30) Assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se obtida liminarmente a _____, não fornecer os meios necessários para a _____ do requerido no prazo de cinco dias.

- a) tutela de evidência | intimação
- b) tutela de bloqueio de bens | comunicação
- c) tutela de arresto | notificação
- d) suspensão do processo | citação
- e) tutela de caráter antecedente | citação

31) Sobre a audiência de conciliação e mediação, analisar os itens abaixo:

- I. A audiência preliminar de conciliação ou de mediação é ato integrante do procedimento comum, só não sendo observado nas causas em que a autocomposição não for admissível nos termos da lei.
- II. Ainda que o autor manifeste expressamente na petição inicial desinteresse pela autocomposição, o juiz a despachará designando dia e hora para sua realização. Esse ato conciliatório somente não será realizado se o réu aderir ao desinteresse do autor em petição posterior à citação e anterior à audiência. O autor, portanto, não tem o poder de, isoladamente, impedir ou evitar a audiência. Sem a adesão do réu, a sessão ocorrerá necessariamente. Da mesma forma, o demandado também não tem poder de impedi-la somente pela manifestação individual de desinteresse.
- III. O juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 20 dias, devendo ser citado o réu com, pelo menos, 10 dias de antecedência.
- IV. A ausência injustificada da parte à audiência que só foi designada por ter ela manifestado vontade de participar de um procedimento consensual de resolução do litígio implica a imposição de sanção pecuniária, sendo um ato atentatório à dignidade da justiça.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Somente os itens I, II e IV.
- e) Todos os itens.

32) Em alguns casos excepcionais, admite-se a prolação de sentença de mérito logo ao início do processo, sem sequer haver necessidade de citação do demandado, fenômeno que a lei processual denomina improcedência liminar do pedido. Sobre o exposto, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) As decisões de indeferimento serão irrecorríveis.
- b) O juiz não poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar a ocorrência de decadência ou de prescrição.
- c) O juiz não poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local.
- d) O juiz não poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- e) Só é possível o julgamento liminar de improcedência em causas que dispensem a fase instrutória; isto é, naqueles processos em que não haverá necessidade de produção de prova, por não haver controvérsia a respeito de questões fáticas.

33) Prova é todo elemento trazido ao processo para contribuir com a formação do convencimento do juiz a respeito da veracidade das alegações concernentes aos fatos da causa. Nesse sentido, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Não se admite que o juiz determine a produção de prova do teor e da vigência da lei de outro país, mas poderá determinar a produção de prova do teor e da vigência de lei de outro Estado ou outro Município, mas jamais do próprio Estado ou Município em que o juiz exerce suas funções.
- b) No CPC, não vigora o princípio da comunhão da prova, também chamado de princípio da aquisição da prova.
- c) O ônus da prova incumbe réu, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e autor, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu.
- d) Há previsão da possibilidade de uma redistribuição dos ônus probatórios por decisão judicial, a ser feita sempre que o juiz verificar que o encargo recai sobre parte que não teria condições de produzir a prova.
- e) Não é possível a celebração de negócio processual destinado a modificar a distribuição do ônus da prova.

34) O CPC de 2015 criou um mecanismo destinado a assegurar que casos iguais recebam resultados iguais: o IRDR – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, que pode ser instaurado perante os tribunais de segunda instância. Nesse sentido, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região.
- b) A desistência ou o abandono do processo impedirão o exame de mérito do incidente.
- c) Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas, salvo comprovado má-fé.
- d) É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando, alternativamente, houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- e) Do julgamento do mérito do incidente, não caberá recurso.

35) De acordo com a CLT, analisar a sentença abaixo:

Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego (1ª parte). Caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios (2ª parte). Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário (3ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 3ª parte.
- c) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
- d) Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.
- e) Totalmente incorreta.

36) De acordo com a CLT, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () O direito comum será fonte direta do direito do trabalho.
- () Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
- () A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - E.
- e) E - E - E.

37) De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, sobre o contrato de trabalho, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Não cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência.
- b) A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime.
- c) A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.
- d) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
- e) A responsabilidade dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, sendo irrelevante a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.

38) A respeito das hipóteses de suspensão e interrupção do contrato de trabalho, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) Suspensão do contrato de trabalho.
- (2) Interrupção do contrato de trabalho.

- () Afastamento em caso de aborto espontâneo.
- () Licença não remunerada.
- () Suspensão disciplinar.
- () Gozo de férias.

- a) 1 - 1 - 2 - 2.
- b) 1 - 2 - 1 - 1.
- c) 1 - 2 - 2 - 1.
- d) 2 - 1 - 1 - 2.
- e) 2 - 2 - 1 - 1.

39) Em relação ao direito de greve, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Nos serviços de telecomunicações e de processamento de dados ligados a serviços essenciais, é vedada a greve.
- b) No caso de serviços e atividades essenciais, é permitida a paralisação das atividades por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação coletiva ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados.
- c) Realizado o aviso prévio ao empregador com 72 horas de antecedência pelo sindicato da categoria, fica dispensado o aviso aos usuários do serviço ou atividade essencial.
- d) No caso de inobservância da determinação de manutenção parcial de funcionamento da atividade, o Poder Público deverá assegurar a prestação dos serviços indispensáveis.
- e) Os serviços inadiáveis, por serem definidos pelo empregador, e não por lei, não autorizam a contratação direta dos serviços necessários na ausência de acordo com o sindicato.

40) De acordo com a CLT, sobre processo judiciário do trabalho, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A nulidade não será pronunciada quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- () O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade poderá declarar os atos a que ela se estende.
- () A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - C.
- d) E - C - E.
- e) E - E - E.

41) Em relação à ação rescisória no Processo do Trabalho, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) O prazo de propositura da ação rescisória tem caráter prescricional.
- b) A revelia produz confissão ficta.
- c) É cabível a condenação em honorários advocatícios.
- d) A suspeição do juiz autoriza o manejo de ação rescisória.
- e) O *jus postulandi* é compatível com a ação rescisória.

42) Em relação à audiência no Processo do Trabalho, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) As pessoas jurídicas de direito público se sujeitam à revelia.
- b) O não comparecimento do autor à audiência inaugural importa a suspensão do processo e adiamento da audiência.
- c) O sindicato não necessita de procuração para representar os reclamantes nas reclamações plúrimas.
- d) O réu revel não será intimado da sentença.
- e) O preposto deve ser, necessariamente, empregado da reclamada.

43) Em relação à competência no Direito Processual do Trabalho, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Compete exclusivamente à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do Regime Jurídico Único.
- b) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a ação possessória que envolva o exercício do direito de greve de servidores públicos estatutários ou regidos por regime jurídico-administrativo.
- c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração direta, autarquias e fundações públicas.
- d) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações penais referentes aos crimes contra a organização do trabalho.
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar o conflito de competência entre Juízos do Trabalho e Juízes de Direito investidos na jurisdição da Justiça do Trabalho.

44) Em relação aos crimes contra a administração pública, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) O crime de concussão somente se consuma com a obtenção da vantagem indevida.
- b) Admite-se a tentativa no crime de corrupção passiva.
- c) O crime de condescendência criminosa é comissivo impróprio.
- d) Não se admite a tentativa no crime de advocacia administrativa.
- e) O crime de prevaricação pode se dar de forma comissiva ou omissiva.

45) Em relação ao crime de resistência, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Não se admite a forma omissiva.
- b) Não se admite a forma tentada.
- c) O exaurimento do crime, pela não execução do ato de ofício, não qualifica o crime.
- d) O crime de resistência absorve os crimes referentes à violência quando a resistência ocorre mediante violência.
- e) O crime de resistência não absorve o crime de ameaça quando a resistência ocorre mediante ameaça.

46) De acordo com a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça em matéria de Direito Penal, analisar os itens abaixo:

- I. O princípio da insignificância é aplicável aos crimes contra a administração pública.
- II. O crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.
- III. A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Federal.
- IV. Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I, III e IV.
- d) Somente os itens II e III.
- e) Somente os itens II e IV.

47) A respeito das hipóteses de suspensão e extinção do crédito tributário, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) Suspensão.
- (2) Extinção.

- () Remissão.
- () Moratória.
- () Depósito integral.
- () Transação.

- a) 1 - 1 - 2 - 2.
- b) 1 - 2 - 1 - 1.
- c) 1 - 2 - 2 - 1.
- d) 2 - 1 - 1 - 2.
- e) 2 - 2 - 1 - 1.

48) Sobre os crimes previstos na legislação penal extravagante, Lei nº 8.137/1990, analisar os itens abaixo:

- I. Se os crimes funcionais, previstos no art. 3º, forem praticados por servidor público contra a administração tributária, a pena imposta terá aumento de um terço até a metade.
- II. Ocasionar grave dano à coletividade é hipótese de circunstância atenuante.
- III. Ser o crime praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde é hipótese de circunstância agravante.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item III
- c) Somente os itens I e III.
- d) Somente os itens II e III.
- e) Nenhum dos itens.

49) De acordo com a Lei nº 8.906/1994, analisar a sentença abaixo:

O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de cinco dias, prorrogável por igual período (1ª parte). O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo (2ª parte). As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários (3ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 3ª parte.
- c) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
- d) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.
- e) Totalmente incorreta.

50) De acordo com o Estatuto da OAB, sobre Regulamentação do Exercício Profissional, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

Fica _____ a dedução de honorários advocatícios contratuais dos valores acrescidos, a título de juros de mora, ao montante repassado aos Estados e aos Municípios na forma de precatórios, como _____ de fundos constitucionais.

- a) prescrita | automatização
- b) assistida | contemplação
- c) autorizada | base
- d) iniciada | tesouro
- e) permitida | complementação